

# Entre o aqui e o além lugar: a paisagem na cidade jardim

**Cláudia Luísa Zeferino Pires**

## **Introdução**

O tema proposto para este capítulo visa considerar algumas reflexões teórico-metodológicas na leitura da geografia da Cidade Jardim de Porto Alegre através da paisagem. A paisagem apresenta-se, muitas vezes, ao nosso olhar, com formas diferenciadas possuindo espaços intercalados ora com elementos naturais, ora socioculturais, caracterizada por uma dimensão estética que se materializa através da apropriação territorial. O desafio que se coloca é: como ler as marcas territoriais de diferentes tempos e espaços a partir da percepção da paisagem como indicadora dessas transformações. Para tanto, o foco dessa análise é a *Cidade-Jardim – Macrozona de Planejamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre*. A escolha da Cidade Jardim tem como referência a paisagem, cuja apropriação conceitual perpassa pelas ações simbólicas e concretas a partir de uma ideologia estética e uma estratégia de organização espacial para a zona sul de Porto Alegre/RS.

Para essa temática complexa, muitas questões são levantadas: É possível compreender o espaço da Cidade Jardim a partir da paisagem? Como o conceito de paisagem pode contribuir para a compreensão de dinâmicas espaciais? É possível reconhecer arranjos espaciais através da dinâmica da paisagem? Quais são ou como podem ser identificadas as paisagens da Cidade Jardim? Como representar a paisagem combinando a subjetividade com a apropriação territorial? Como transcender a noção de paisagem visível para paisagem percebida, possibilitando uma leitura crítica do lugar e possibilitar práticas de inclusão social?

Conforme o PDDUA (2006), a Cidade Jardim de Porto Alegre se caracteriza, principalmente, por ser uma área bem residencial, com baixas densidades populacionais. Alguns de seus referenciais geográficos importantes são o Morro do Osso e a orla do Guaíba, no bairro Ipanema. Apresenta

bairros residenciais mais próximos à orla do Guaíba e outros mais afastados. Na primeira situação, além de Ipanema, estão os bairros Vila Assunção, Vila Conceição, Tristeza, Pedra Redonda, Espírito Santo, Guarujá e Serraria, enquanto que na segunda, estão partes dos bairros Cavahada e Camaquã e ainda as áreas habitacionais que se aproximam da Vila Nova. Os bairros Cavahada e Camaquã têm na Avenida Cavahada um importante eixo estruturador de deslocamentos na zona sul. Esta avenida tem passado nos últimos anos por um processo de transformação através da densificação da ocupação residencial e da diversificação de atividades socioeconômicas ao longo de seu percurso. A Vila Nova representa a interface entre o campo e a cidade, pois com uma ocupação residencial mais rarefeita, ainda possui atividades rurais. A Figura 1 apresenta a localização da macrozona Cidade Jardim no município de Porto Alegre.

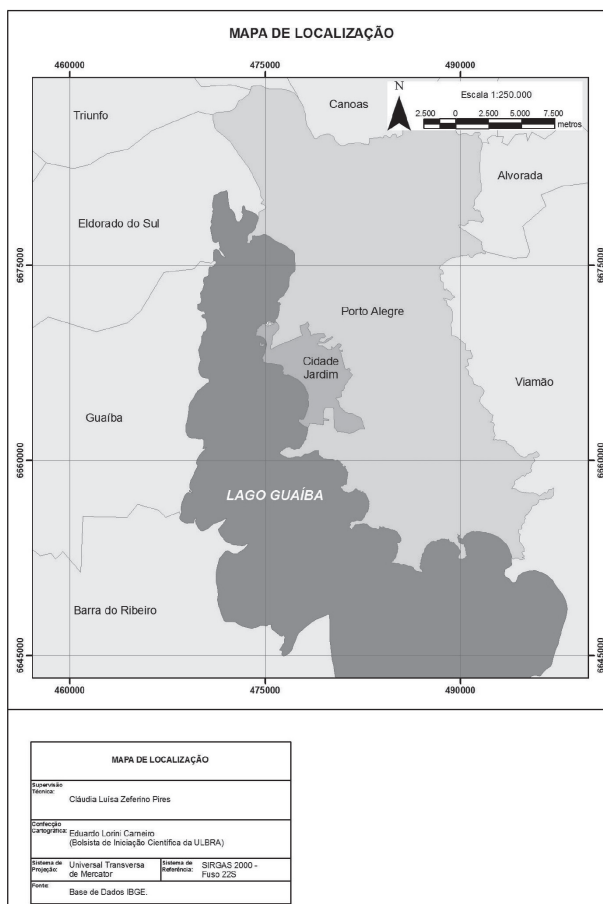


Figura 1. Localização da Cidade Jardim no município de Porto Alegre.

O espaço que compreende a Cidade Jardim de Porto Alegre como macrozona de planejamento remete as ideias que foram propagadas por Ebenezer Howard no século XIX. Seu desenho viário acompanha o relevo, as residências são marcadas pela presença de muitos jardins. Junto às vias de passeio intercalam-se gramíneas, arbustos e árvores de grande porte. Segundo Howard (1996):

A cidade Jardim forma um agrupamento humano equilibrado, usufruindo das vantagens do campo e da cidade, evitando as diferenças entre ambos. Esta procura do campo como lugar privilegiado para a instalação das cidades equilibradas, já evidenciaria na utopia de Thomas More (1478-1535) (Howard, 1996, p. 39).

Na segunda metade do século XIX, empresários instalam fábricas com moradias, formando comunidades junto aos campos. O funcionamento da Cidade Jardim – na Inglaterra – foi idealizado para compreender as necessidades de 30.000 habitantes em uma área de aproximadamente 400 hectares, além de 2.000 habitantes que ocupariam terrenos agrícolas circundantes em 2.020 hectares. Abaixo, as Figuras 2 e 3 demonstram a planta da Cidade Jardim.

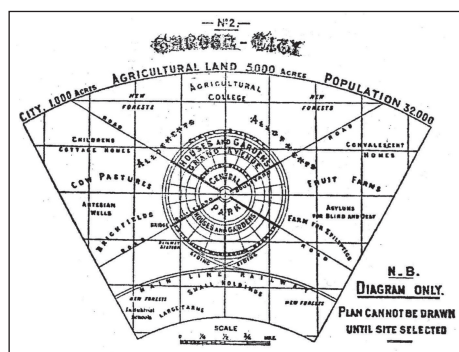


Figura 2. A Cidade Jardim e seu Entorno Rural – Século XIX.

Fonte: Howard (1996, p. 113).

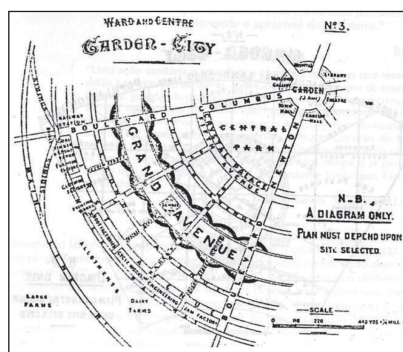


Figura 3. Distrito e Centro da Cidade Jardim – Século XIX.

Fonte: Howard (1996, p. 114).

Segundo Howard (1996) as Figuras 2 e 3 representam a distribuição da Cidade Jardim na Inglaterra.

Os diagramas mostram uma cidade circular dividida em 6 setores. Estes são delimitados por 6 bulevares arborizados com 36 metros de largura, que se irradiam no parque central e se estendem até o perímetro externo, circundado pela ferrovia que, após envolver a cidade, transforma-se em estrada de penetração no

ambiente rural. Completam a estrutura viária da Cidade Jardim cinco avenidas, também arborizadas, concêntricas ao parque central. A terceira delas, a Grande avenida, possui largura de 128 metros por 4,8 Km de extensão e é proposta como um grande parque, lembrando a Avenue Foch de Paris com seus 120 metros de largura (Howard, 1996, p. 41).

Contudo, sua gênese e característica, não se iguala à Cidade Jardim de Porto Alegre. As ideias de Ebenezer possuíam relação com um conteúdo social mais idealizado, pois seu projeto inicial previa uma vida comunitária. Ele compartilhava de uma socialização do solo urbano, não se constituindo em propriedade do governo, não possuindo gerência pelo mesmo. A ideia de Ebenezer era reduzir o Estado à Municipalidade, pois não acreditava na atuação do Estado Inglês, derivado de um pensamento liberal, assim como não acreditava na atuação do Estado Socialista, controlando todas as atividades. Conforme Howard (1996):

A municipalidade, por sua vez, é controlada de perto pelos habitantes. Seu grau de empreendimento e dimensão dependerá exclusivamente da vontade dos munícipes em pagar maiores ou menores cotas de participação e crescerá à razão direta da eficácia e honestidade com que é levada a cabo atuação municipal (Howard, 1996, p. 42).

Este projeto contribuiu para o fortalecimento e necessidade de planejamento de grandes cidades em diversos países. No Brasil, o exemplo mais consolidado, deu-se em São Paulo com a criação do bairro Jardim América, em 1913. Entretanto, o Jardim América não possuía as mesmas características de autossuficiência da Cidade Jardim proposta por Howard. O Jardim América tornou-se um bairro residencial cujas moradias não podiam exceder a área de projeção de 1/5 do terreno, sendo que os jardins permeiam todo o bairro.

Em Porto Alegre, a área denominada Cidade Jardim pelo PDDUA (2006) possui uma relação imagética com a proposta de Ebenezer, uma vez que em sua totalidade há uma forte presença de elementos da natureza intercalados com outros espaços sociais e culturalmente construídos. Horizontalizando olhares e percorrendo espaços, essa condição torna-se reveladora, entretanto, por diferentes paisagens marcadas por uma heterogeneidade espacial, cujos conflitos estão fortemente ligados a uma fragmentação socioeconômica e cultural. Estas não se integram, e fortalecem um cenário crescente na zona sul de Porto Alegre: conjuntos residenciais e loteamentos fechados e isolados, de um lado, ocupações irregulares e clandestinas e conjuntos habitacionais populares, de outro.

Nesse sentido, procura-se refletir sobre a apropriação conceitual de paisagem, bem como contribuir para o seu entendimento a partir de sua importância na compreensão do espaço geográfico enquanto materialização de ações constantes que ficam registradas no tempo. A Geografia pode evidenciar a dialética do concreto (processo de produção dos objetos geográficos) e a dialética do discurso (a informação flexibilizando a produção e a apropriação do espaço) através da paisagem (Santos, 1996). Segundo George Benko (1996), o espaço observado “é apenas uma fração de tempo, ou mais exatamente, uma projeção de tempo sobre uma fração de espaço”.

Os objetos e as ações ganham corporeidade através das paisagens que são configuradas, constantemente, por novas formas e consumidas, muitas vezes, pela aceleração contemporânea e pela reprodução de espaços universais que, por sua vez, são verticalizados, principalmente por ações econômicas, políticas, e culturais, legitimando-as de forma inquestionável. Esses espaços, na medida em que se tornam invisíveis aos próprios olhos daqueles que habitam os mesmos, traçam novas formas de convivência, novos trajetos, hábitos e costumes que transformam a paisagem.

O paradoxo é compreender que o todo não é homogêneo e sim diverso, plural. A relação entre espaço geográfico e paisagem está na unidade do múltiplo, onde as partes se inter-relacionam para construir o todo, porém reservando sua individualidade. Conforme Morin:

A ideia de unidade complexa adquire densidade se pressentimos que não podemos reduzir nem o todo às partes, nem as partes ao todo, nem o um ao múltiplo, nem o múltiplo ao um, mas que precisamos tentar conceber em conjunto, de modo complementar e antagônico, as noções de todo e de partes, de um e de diversos (Morin, 2003, p. 105).

É preciso analisar a complexidade espacial, ao mesmo tempo disjunta e associativa, permitindo, assim, a compreensão da realidade sem reduzi-la a unidades ou leis universais. *Unitas Multiplex* é reconhecer a pluralidade no um. É perceber o um e o diverso, não somente como relações antagônicas ou concorrentes, mas acima de tudo complementares. Morin ainda expressa:

É ainda mais difícil pensar o um e o diverso juntos: aquele que privilegia o Uno (com princípio fundamental) desvaloriza o diverso (como aparência fenomenal); aquele que privilegia o diverso (como realidade diversa) desvaloriza o uno (como princípio abstrato). A ciência clássica se fundou no Uno reducionista e imperialista, que rejeita o diverso como epifenômeno ou escória. Ora, sem um princípio de inteligibilidade que perceba o uno na diversidade e a diversidade no uno somos incapazes de conceber a originalidade do sistema. O sistema é

uma compleição (conjunto de partes diversas inter-relacionadas); a ideia de compleição nos conduz à complexidade quando se associa o um e o diverso. O sistema é uma unidade que vem da diversidade, que liga a diversidade, que traz em si a diversidade, que organiza a diversidade, que produz a diversidade (Morin, 2003, p. 182).

## **Paisagem: a singularidade na unidade complexa**

O conceito de paisagem é retomado para representar a dinâmica espacial da Cidade Jardim, segundo suas singularidades e pluralidades complexas – marcadas pela identidade territorial – que os elementos do espaço possuem entre si, tornando os limites reconhecíveis. Segundo Roberto Lobato Corrêa

[...] a retomada do conceito de paisagem, que se verificou após 1970, trouxe novas acepções fundadas em outras matrizes epistemológicas. Na realidade, a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica (Corrêa, 1998, p. 8).

Tendo em vista as palavras de Corrêa, entende-se que a paisagem não é somente conteúdo, mas representa um contexto imerso em significados e saberes produzidos pelas partes que a compõem. Não pode ser entendida como uma justaposição de elementos, mas uma expressão do mundo vivido e das experiências produzidas pelo homem no seu espaço. Cada paisagem tem seu próprio conjunto e significados. Conforme Relph (1979) qualquer paisagem é diferente e ao mesmo tempo possui similaridades com outras paisagens, porque o nosso olhar está compelido a observar objetos e formas similares com os mesmos preconceitos. As palavras de Relph chamam a atenção para a *leitura* do espaço, pois há dificuldades de superar o olhar para além do visível, para além do nosso cotidiano imediato, pois a paisagem apresenta singularidades experienciadas por conflitos em diferentes escalas (local, regional, nacional, global – não necessariamente nesta ordem).

Acrescenta-se, ainda, a essa discussão as conexões que Suertegaray propõe (2002) ao retratar o espaço geográfico como uno e múltiplo aberto à sua di-

versidade de categorias: paisagem, território, lugar, ambiente, possibilitando diferentes leituras e representando sua dinâmica. A partir dessa concepção observa-se a unidade complexa entre espaço geográfico e paisagem. Conforme Dirce Suertegaray

Paisagem é um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob a dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais/tecnificados, socioeconômicos e culturais. Ao optarmos pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, poderemos concebê-la como forma (formação) e funcionalidade (organização). Não necessariamente entendendo forma-funcionalidade como uma relação causa-efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição/reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta (Suertegaray, 2002, p. 22).

Na compreensão dessa dinâmica, o caminho a ser construído pode se dar a partir de uma perspectiva interpretativa. Este fazer rompe, epistemologicamente, com o viés da visão naturalista e encaminha uma proposta sob a concepção de hermenêutica, compreendendo a paisagem numa relação complexa. A hermenêutica nos leva ao ponto de partida deste capítulo que foram as indagações acerca da compreensão da paisagem. Interrogar a paisagem significa retomar discursos e conceitos em relação ao espaço. Refletindo sobre as categorias, proposta por Dirce Suertegaray, verifica-se a importância de provocar o sentido que a ciência geográfica proporciona aos discursos e as práticas em relação ao mundo.

Tradicionalmente, a paisagem representava o encontro com visão e pelo viés positivista e garantiu o sentido da verdade para os discursos geográficos. Os métodos que davam conta desta postura científica eram o indutivo-idiográfico ou dedutivo-nomotético. Jean-Marc Besse (2006) abre para uma concepção mais aberta e flexível no que diz respeito a questão metodológica para a geografia ao falar sobre o ofício do geógrafo:

Este não é um estudo da significação ou dos métodos da geografia, mas antes um ensaio de teoria do conhecimento geográfico. Os tratados metodológicos de Hartshorne analisam e desenvolvem os princípios lógicos da geografia como ciência profissional, “uma forma de conhecimento diz ele, que é diferente das vias do instinto, da intuição, da dedução a priori ou da revelação”. Minha pesquisa epistemológica, ao contrário, tem a ver com todo o pensamento

geográfico, científico ou não: “A natureza e a expressão das ideias geográficas no passado e no presente [...] as ideias geográficas, verdadeiras e falsas, de todos os tipos de pessoas – não somente geógrafos, mas também fazendeiros e pescadores, homens de negócios e poetas, romancistas e pintores, Beduínos e Hetentotes” (Besse, 2006, p. 77-78).

Estas palavras suscitam outras possibilidades à ciência geográfica, abrindo ao interesse pela percepção, representação e atitudes diante do espaço, desvelando que diferentes discursos são portadores de saberes e significações geográficas. A Terra, nas palavras de Besse, torna-se um grande livro a interpretar, no interior do qual todas as manifestações da vida num lugar da superfície terrestre estão reunidas. É neste sentido que se resgata a obra de Eric Dardel, onde o fato geográfico se apresenta como escritura.<sup>1</sup>

Esta superfície terrestre escrita é a paisagem. O significado da palavra geografia acompanha este sentido. Segundo Dardel

Há uma *grafia* objetiva da Terra, e o saber geográfico é fundamentalmente o de empreender a leitura e a decodificação destes signos da escrita que são os desenhos das costas, os contornos das montanhas, as sinuosidades dos rios e também as diferentes formas de estabelecimento humano sobre a Terra. O conhecimento geográfico tem por objeto a elucidação destes signos, disto que a Terra revela ao homem sobre sua condição humana e seu destino (Dardel *apud* Besse, 2006, p. 70).

O desafio de uma abordagem hermenêutica está na forma como se apreende a interpretação. No estudo da paisagem, esta pode estar aprisionada na singularidade de seus detalhes, ou simplesmente ser validada pelo olhar, pelo ponto de vista, pela imagem de um horizonte ou, ainda, apresentar-se como uma relação topológica a partir de imagens de satélites e/ou mapas. Não se pode negar a estrutura que a paisagem apresenta, pois ela vai refletir as discontinuidades, qualitativas e quantitativas, atravessadas por redes socioculturais que compõem o espaço. Entretanto, quando se fala em estrutura da paisagem há uma relação direta com o conceito de fisionomia. Segundo Humboldt

Do mesmo modo que se reconhece nos indivíduos isolados uma fisionomia distinta, e que a botânica e a zoologia descritivas, tomadas na sua acepção mais estrita, se dedicam a separar em grupos os animais e as plantas segundo a analogia

---

<sup>1</sup> Segundo Eric Dardel, *la géographie est, selon l'étymologie, la "description" de la Terre, plus rigoureusement, le terme grec suggère que la Terre est une écriture à déchiffrer, que le dessin du rivage, les découpures de la montagne, les sinuosités de fleuves forment les signes de cette écriture. La connaissance géographique a pour objet de mettre en clair ces signes, ce que la Terre révèle à l'homme sur sa condition humaine et son destin* (Dardel, 1952, p. 2).



de suas formas, também existe uma fisionomia natural que pertence exclusivamente a cada uma das regiões da Terra (Humboldt *apud* Besse, 2006, p. 72).<sup>2</sup>

Epistemologicamente, ao considerar-se a paisagem tendo por base a relação de sua estrutura com sua fisionomia, passa-se a atribuir a esta características identitárias próprias que assumem uma autonomia, uma essência que independe de quem observa, como se houvesse um “espírito do lugar”. Daí sua relação direta com o campo visual que nossos precursores científicos remetiam às características próprias do espaço e que Yves Lacoste, na década de 1970, denominava de geografismos.

Metodologicamente, na perspectiva da geografia clássica, há um método que guia o olhar do geógrafo na compreensão das paisagens. Primeiro, o olhar deve distinguir diferentes elementos singulares, naturais e humanos que compõem a paisagem. Num segundo momento, este olhar converge para uma visão sintética do conjunto desta paisagem. Nesta correlação, a paisagem está aprisionada pelo olhar do sujeito e o campo da visão predomina enquanto saber em relação a outros campos de forças que atuam no espaço e que não pode ser apreendido somente pelo olhar.

Contudo, a paisagem não se restringe aos elementos geográficos visíveis, conferindo suas delimitações ao plano da realidade. Compreende-se que identidades tomam formas que se configuram em padrões espaciais. As condições relacionais – entre natureza e sociedade – auxiliam na construção da paisagem em processo – dinâmica da paisagem. A paisagem – depende do seu observador e seus interesses. Está intimamente ligada ao olhar e as imagens que são subjetivas. Segundo Simon Schama (1996), a natureza não se designa a si mesma como tal, são os humanos o que o fazem, portanto existe uma complexa relação entre percepção, cultura, vivência e experiência.

Paisagens são vivenciadas pelas pessoas que tem nela a construção de seu cotidiano. O pesquisador – não raro um estranho ao lugar – se insere por um determinado tempo e partilha desse cotidiano, bem como partilha suas experiências. A paisagem não pode ser concebida apenas pelo universo teórico e existencial do observador, pois corre o risco de construir estereótipos. A paisagem se revela a partir de uma vivência comum. Disso resulta a necessidade de compreender o significado da paisagem além da percepção visual dos objetos que se encontram nela.

Desse universo podemos buscar suas propriedades que evidenciarão interações e interdependências de escalas diversas, compreensão de proces-

---

<sup>2</sup> Citação A. Von Humboldt, *Tableaux de la nature*. Paris: Gide, 1868, p. 344.

sos, sua morfologia, sua apropriação simbólica, suas potencialidades. Estas características específicas permitem compreender diferentes relações que se processam no lugar, estabelecendo o grau de intensidade de diferentes conflitos, ou ao menos torná-los mais conhecidos. As alterações espaciais – espontâneas ou induzidas – da área estudada foram analisadas através de diferentes relações econômicas, políticas, sociais e culturais. São intervenções que atuam no espaço a todo o instante, gerando a auto-organização entre os elementos que o constitui. Segundo Georges Bertrand

*Le paysage n'existe pas en lui même. Quand un regard croise un territoire, c'est un processus entre quequ'un qui regard et surtout qui voit un paysage, qui met sa mémoire en marche et qui le traduit dans sa matérialité, en fait un paysage. La question est de savoir comment combiner cette subjectivité avec la matérialité d'un territoire. On sait reconnaître la matérialité d'un territoire qui sont fonctions des différents usages qu'en fait cet individu. Comment saisir la subjectivité? (Bertrand, 2003, p. 2).*

Como aproveitar a subjetividade? Esta, sem dúvida, impõe uma outra questão metodológica, pois a paisagem representa um conjunto identitário, cuja forma se dá por ações que passam a constituir o referencial territorial para o exercício de diferentes relações de poder. O território expressa a tensão entre relações sociais, políticas, econômicas e culturais que estão localizadas num determinado tempo e espaço. Nessa perspectiva, a paisagem assume importância territorial devido a materialização de conflitos entre, por exemplo, gênero, classe, etnias, sistemas naturais (artificializados ou não), sendo referência das atividades sociais, onde se verificam as contradições entre as formas de apropriação da natureza e a (re)produção do espaço social. Sua individualidade, mesmo retratando ações de desenvolvimento global, representa a territorialidade. Esta, conforme Raffestin (1993), reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. A relação e o sentimento de pertença territorial indicam representações coletivas do espaço, dando sentido ao lugar e explicando os vínculos territoriais. Essa relação se processa em tensões identitárias entre subjetividades individuais e coletivas e/ou contextual e universal. Como a geografia pode ressignificar a paisagem nesta perspectiva?

A ciência geográfica não pode explicar a relação entre todos os fenômenos no espaço, entretanto, pode-se compreender o mundo geograficamente. Essa construção depende de rupturas epistemológicas, principalmente com discursos pautados na perspectiva do pensamento positivista. Segundo Jean-Marc Besse

O espaço geográfico é como um prolongamento de uma série de devaneios da matéria, porque a materialidade terrestre não está fechada nela mesma, na indiferença simples de uma pura facticidade, porque ela é, fundamentalmente, fisionomia, por ela manifestar direções de sentido numa coexistência própria, em suma, porque ela excede sua pura facticidade e se apresenta irredutivelmente carregada de qualidade (Besse, 2006, p. 89).

O espaço carrega um conjunto de elementos densamente entrelaçados e a interpretação geográfica se abre para especificações complexas. Assim, a paisagem não pode ser compreendida como um círculo fechado. A espacialidade da paisagem abre o olhar numa perspectiva do *além lugar*, portanto não se encerra nele. O *aqui* (o lugar) é o centro de significações imediatas que coexistem com um espaço mais aberto, além do campo visual, mas intimamente ligado a um conjunto de experiências que pode ser chamado de um prolongamento da *ambiência*. Na concepção de Nelson Rego (2000), ambiência pode ser entendida como a situação onde se localizam os sujeitos e que a partir deste centro relativo há uma comunicação com o mundo em forma de redes, onde o espaço condiciona e é condicionado por elas. Esse prolongamento referencia percepções e representações da paisagem. Contudo, essa relação só ganha sentido porque é dotada de significações pautadas no mundo vivido – o *aqui* (o lugar) e o *além lugar* (a paisagem).

## **O caminho metodológico para compreensão da paisagem na Cidade Jardim**

Tendo em vista que pelo PDDUA a Cidade Jardim possui unidades territoriais com “vocações” ou “tendências” ambientais que podem ser reconhecidas a partir de seus usos (áreas de preservação e/ou conservação), a organização territorial acaba gerando conflitos políticos, econômicos, culturais, ecológicos em diferentes escalas. Estes conflitos derivam, em parte, do significado espacial atribuído pelo planejamento da cidade e este olhar remete a um conjunto de significados que não coincidem necessariamente com as pessoas que vivem neste espaço. Daí surge a necessidade de realizar uma interpretação espacial da paisagem na Cidade Jardim a partir de entrevistas com moradores e frequentadores desse espaço e assim analisar questões ideológicas, culturais e simbólicas a partir das “falas” de seus moradores.

A expressão “fala” não é apenas a palavra oral manifestada ou escrita, é também, a expressão de determinada ideia ou sentimento em relação ao espaço. Esta relação pode ser observada e percebida através de ações individuais e/ou coletivas, pois percebe que cada paisagem é única e ao mesmo tempo

possui uma identidade globalizada. O desafio é compreender os significados que a diferenciam. Toda paisagem é *una e múltipla*, diferente e ao mesmo tempo similar com outras.

A leitura e interpretação das “falas” parte da premissa de que, reconhecendo a complexidade espacial nas suas geografias pode-se compreender a intensidade de diversas transformações espaciais, ou melhor, se perguntando: quem é da “cidade” e quem não é? Este questionamento pode nos revelar o sentido de pertencimento no espaço urbano. Trata-se de um desafio à gestão urbana, pois sabe-se da necessidade de conhecer melhor a produção de urbanidades para melhor integrar a cidade não somente na sua relação funcional, mas acima de tudo numa perspectiva mais solidária.

O enfoque da percepção da paisagem na gestão territorial consiste em entender como as pessoas percebem o lugar e o além-lugar por eles vivenciados e como reagem frente às condições espaciais existentes e como este processo reflete na construção de diferentes espaços. Segundo Relph

[...] o espaço não é euclidiano ou alguma outra superfície ou forma geométrica, na qual nos movimentamos e que percebemos como sendo separado de nós. Nós não somente apreendemos espaço através de nossos sentidos, mas vivemos nele e nele projetamos nossa personalidade e a ele somos ligados por limites emocionais (Relph, 1979, p. 54).

Contudo, entende-se que a percepção se revela muito através de conflitos, alguns intoleráveis por parte de quem pesquisa, porém aceitáveis por parte das comunidades locais que estão sendo analisadas e vice-versa. O caminho da percepção permite avaliar e compreender o contexto da paisagem, contribuindo para o discernimento da diferenciação da configuração espacial, num movimento contínuo de (re)criação de espaços.

Por isso, o estudo da paisagem torna-se um importante referencial, tendo em vista que a percepção de fenômenos produzidos no espaço revela seus significados e até mesmo a eficácia ou não das políticas implementadas pelo PDDUA. O reconhecimento territorial do mundo-vivido (re)produz práticas, estéticas e sujeitos sociais, desvelando o sentido de pertencimento e de alteridade, traçando as linhas de fraturas socioculturais e também de políticas públicas para o espaço. Para a construção de uma cidade solidária, o seu projeto político e jurídico-administrativo não pode construir sua identidade a partir da recusa do “outro”, que na prática configura a parcela da população condicionada à exclusão socioespacial.

A construção de uma base interpretativa pautada na “fala” dos sujeitos, rompe, epistemologicamente, com o viés da visão naturalista e tecnicista, en-

caminhando uma proposta sob a concepção hermenêutica, compreendendo, assim, a paisagem numa relação complexa. Isto não significa que paisagens não possam ser inventariadas, cartografadas e analisadas sob diferentes formas, estruturas e funções, mas que, acima de tudo, também é necessário compreender suas relações subjetivas (relação do sujeito com o mundo) e identitárias. Nesse sentido, na implementação de políticas públicas para a cidade, é necessário apreender as diferentes percepções, valorações, imaginários e significações que ligam o sujeito ou o coletivo à dinâmica e apropriação espacial. Essa perspectiva requer mudanças nos resultados investigativos, ou seja, além do tratamento descritivo e quantitativo, devem-se compreender as narrativas dos sujeitos e espaços sociais. Afinal, são nas paisagens que construímos um espaço para ser observado como também se observar através dela. Pela maneira como nos observam, pode-se compreender a forma como nos projetamos, e pela forma projetada, podemos entender como ela quer ser vista. Cada sociedade constrói os significados simbólicos de suas paisagens, indicando a forma como percebem(-se) (n) o mundo.

## Referências

- BENKO, George. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERTRAND, George. *Le Paysage, une Géographie Traversière*. Cafés Géographiques. Outubro, 2003. Disponível em <ww.café-geo-net>. Acessado em: 4 abr. 2004.
- BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: Seis Ensaio sobre a Paisagem e a Geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CORREA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro, UERJ, 1998.
- CORREA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- DARDEL, Eric. *L'Homme et la Terre: Nature de la Réalité Géographique*. Paris: Boulevard Saint-Germain, 1952.
- HOWARD, Ebenezer. *Cidades Jardins do Amanhã*. Trad. Dacio Araújo Beneditvo Ottoni. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MELO, Vera M. Paisagem e Simbolismo. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- MORIN, Edgar. *O Método. A Natureza da Natureza*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.
- PDDUA. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Disponível em <www.portoalegre.rs.gov.br>. Acessado em 20 out. 2006.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

REGO, Nelson *et al.* *Geografia e Educação: Geração de Ambiências*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

REGO, Nelson; AIGNER, Carlos; PIRES, Cláudia; LINDAU, Heloísa. *Um Pouco do Mundo Cabe nas Mãos: Geografizando em Educação – o Local e o Global*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. In: *Geografia*, Rio Claro, 4 (7), 1979.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Espaço Geográfico: Uno e Múltiplo. In: SUERTEGARAY, D.; BASSO, L.; VERDUM, R. (Org.). *Ambiente e Lugar no Urbano – A Grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.